

MEMÓRIA CULTURAL E CONSTRUÇÃO DO CÂNONE LITERÁRIO BRASILEIRO

*Luiz Roberto Veloso Cairo**

RESUMO

Na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas idéias da crítica romântica européia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura. Este cânone permanece vivo, apesar das diferentes leituras e releituras, às vezes a ele opostas, que os críticos contemporâneos vêm propondo. Isto se explica pelo fato de que, em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adequie ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona. Este texto trata de três possibilidades de interpretação advindas do discurso dos críticos realistas brasileiros que permanecem na memória da crítica contemporânea.

A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma Grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil; (...) Enfeitados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia. (Magalhães, 1836)

Na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas idéias da crítica romântica européia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura.

* Texto apresentado, inicialmente, no Rio de Janeiro, numa mesa-redonda do Colóquio Internacional Cultura Nacional, Teoria Internacional: a contextualização dos discursos sobre a literatura, realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 9 a 11 de junho de 1999.

** UNESP/CNPq.

Esse cânone permanece vivo, apesar das diferentes leituras e releituras, às vezes, a ele opostas, que os críticos contemporâneos vêm propondo. Isto se explica pelo fato de que, em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adequa ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona.

Num momento em que os estudiosos de Literatura Comparada cada vez mais centram seu interesse na questão dos empréstimos culturais, enfatizando principalmente a diferença entre colonizador e colonizado, João Alexandre Barbosa, um dos mais importantes críticos brasileiros contemporâneos, publica *A biblioteca imaginária* (Barbosa, 1996, p. 13-58), ensaio fundamental para a discussão sempre oportuna da formação do cânone da história da literatura brasileira.

Nesse ensaio, ele vai justamente marcar como uma das peculiaridades do caso brasileiro o fato de que: “(...) a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e de autonomia com vistas às fontes metropolitanas” (1996, p. 23).

Ou seja, na formação do cânone da História da Literatura Brasileira “(...) contribuíram sobretudo os esforços no sentido de estabelecer um *corpus* de autores e obras identificados como brasileiros e diferenciados das origens européias, em que se destacavam, como não podia deixar de ser, as portuguesas” (1996, p. 23).

Ao contrário, portanto, das literaturas européias e norte-americana em que:

(...) a fixação de cânones literários resultou assim do aparecimento de grandes ensaios de interpretação da herança cultural do Ocidente, quase sempre movidos por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes (...). (1996, p. 23)

As considerações de João Alexandre Barbosa me levam a dizer que os críticos brasileiros fundadores do cânone se anteciparam à crítica contemporânea, ao inventarem um paradigma para a História da Literatura Brasileira centrado muito mais na diferença do que na semelhança em relação à tradição clássica do colonizador. Talvez esta seja a causa da permanência desse cânone, que acabou cunhando como clássica uma tradição identificada pela construção da diferença, ou seja, pela marca da nacionalidade, ao invés de se pautar nos princípios esteticizantes da tradição literária clássica do Ocidente.

Na verdade, isto foi possível graças à relação tensa que, desde o início da colonização, se estabeleceu no Brasil entre colonos e reinóis, de certa forma representada em vários textos literários como, por exemplo, em alguns poemas de Gregório de Matos, verdadeiras crônicas de costumes da sociedade baiana dos tempos coloniais.

O poema satírico de Gregório de Matos intitulado “Descreve o que era realmente naquele tempo a cidade da Bahia” ilustra bem o que estou afirmando:

*A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar a cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.*

*Em cada porta um freqüentado olheiro,
Que a vida do vizinho, e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,
Para levar à Praça, e ao Terreiro.*

*Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia.*

*Estupendas usuras nos mercados,
Todos, os que não furtam, muito pobres,
E eis aqui a cidade da Bahia.
(Barbosa, 1997, p. 24-25)*

No século XIX, após as lutas da independência, esta tensão se agravou e se tornou o centro das discussões dos nossos escritores, no empenho de construírem a nacionalidade da literatura brasileira.

A variedade de interpretações possíveis sobre o momento de fundação da literatura brasileira propriamente dita é fruto dessa tensão.

Com o surgimento do Brasil Nação, pressionados pelos escritores da antiga metrópole, que não admitiam a existência de uma literatura brasileira, pelo fato dos textos aqui produzidos não expressarem de maneira explícita a brasilidade e serem escritos em língua portuguesa, considerada propriedade deles, os escritores brasileiros tiveram que, de alguma forma, idealizar um modelo que viesse a marcar a sua nacionalidade.

Isto se tornou viável através das idéias românticas de Augusto Frederico Schlegel e Madame de Staël advindas, principalmente, dos conselhos que o francês Ferdinand Denis e o português Almeida Garrett deram aos jovens brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres-Homem que, estando em Paris, por volta de 1836, criaram a **Niterói-Revista Brasiliense**, considerada o marco inicial das discussões em torno da nacionalidade da literatura brasileira.

As idéias românticas européias favoreceram a difusão do sentimento nacional e conseqüentemente a criação do conceito de literatura nacional como expressão maior da evolução espiritual de uma nação, vindo ao encontro dos interesses prioritários dos jovens brasileiros, que passaram então a identificar o modelo da literatura

clássica com o Brasil Colônia e a buscar, na nova proposta romântica, outros modelos que pudessem sinalizar para a nação que surgia.

No discurso dos críticos românticos, começam a se esboçar as idéias que, além de fundamentarem as interpretações dos futuros críticos realistas, aqueles que efetivamente inventaram a História da Literatura Brasileira, irão permanecer como centro das discussões de uma eventual teoria da literatura brasileira.

A História da Literatura Brasileira veio construindo-se, portanto, através das tentativas dos críticos românticos que, inicialmente, buscaram coletar um *corpus* que justificasse a própria existência de uma literatura que se pudesse chamar de brasileira. Nesta fase, marcada por um critério meramente quantitativo, esses críticos, conforme Antonio Candido (1971, 2, p. 349), empenharam-se tanto em escrever os “bosquejos”, panoramas gerais, onde se traçava rapidamente o passado literário, quanto em organizar os “florilégios” ou “parnasos”, antologias dos poucos textos disponíveis. Somente a partir daí, puderam concentrar-se isoladamente nos autores, antes referidos ligeiramente nos “bosquejos”, produzindo então as biografias literárias, que, reunidas, formaram as “galerias” e os “panteons”.

Além dessa tarefa árdua, os críticos românticos tomaram a si a preparação de edições e reedições dos textos já coletados, seguidos de notas biográficas e explicativas.

Essas etapas foram da maior importância para o processo de construção da História da Literatura Brasileira propriamente dita, conforme se depreende do texto de Antonio Candido (1971, 2):

Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto-Adet, Várnhagen. Na segunda etapa, as biografias em série ou isoladas, de Pereira da Silva, Antonio Joaquim de Melo, Antonio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Várnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal etc. Na terceira, os “cursos” de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história que Norberto não chegou a escrever. (p. 349)

Ao lado desse trabalho dos críticos românticos brasileiros, não se podem esquecer os textos dos historiadores e críticos estrangeiros do Romantismo que escreveram sobre o Brasil. Nesse sentido, vale ressaltar a importância do livro do crítico e historiador gaúcho Guilhermino César (1978) que seleciona os textos mais significativos de Friedrich Bouterwek, Sismonde de Sismondi, Ferdinand Denis, Almeida Garrett, C. Schlichthorst, José da Gama e Castro, Alexandre Herculano e Ferdinand Wolf.

No entanto, para o estabelecimento do cânone, foi essencial o trabalho de compilação empreendido pelos escritores e críticos que escreveram os “florilégios” e “parnasos”. As antologias foram, efetivamente, responsáveis pela recuperação do acervo literário disperso ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Analisando as antologias, Maria Eunice Moreira, num importante trabalho intitulado **Nacionalismo literário e crítica romântica**, chamou a atenção para seus objetivos variados: “divulgar a produção poética, preservar obras, reabilitar textos mais antigos, fornecer dados sobre autores, estimular as novas gerações” (Moreira, 1991, p. 93).

“O Parnaso Brasileiro ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas” (Barbosa, 1829), do Cônego Januário da Cunha Barbosa, datado de 1829, segue o modelo do **Parnaso lusitano** ou “poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustrado com notas. Precedido de uma história da língua e poesia portuguesa” (Garrett, 1826), de Almeida Garrett, publicado em 1826. O **Parnaso brasileiro** tinha por finalidade “tornar ainda mais conhecido do mundo literário o Gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das Belas Letras, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos políticos” (1829, I, p. 3).

Além disso, buscou reunir numa só coleção as poesias estimáveis dos autores do Brasil e concentrar o maior número possível de dados relativos a todos os poetas do Brasil, desconhecidos ou não.

Vale ressaltar que, dada a abrangência da tarefa, o autor solicitou aos eventuais leitores que colaborassem com ele, encaminhando-lhe informações com “porte pago” para sua residência, “onde se dará recibo para a entrega do original, depois de copiado” (1829, p. 4).

A segunda edição é de 1831 e saiu com acréscimos.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emilio Adet, em 1842, publicaram **Mosaico poético**, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional.

Em 1843, foi lançado o **Parnaso brasileiro** ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedido de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira (Silva, I, 1843), de J. M. Pereira da Silva, que buscou completar a antologia do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Nesse sentido, recolheu não só autores de poesia, como de outros gêneros, tendo também coletado autores anteriores ao século XVIII. O critério de seleção que presidiu essa antologia é o do nacionalismo, desenvolvido em torno da idéia de compromisso patriótico.

Quando Francisco Adolfo Varnhagen, em 1850, publicou o **Florilégio da poesia brasileira** ou “coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil” (Varnhagen, 1987), o critério da nacionalidade já estava quase firmado como parâmetro estético para a seleção das poesias.

O **Florilégio** teve dois tomos publicados em Lisboa e o terceiro em Madri e foi apresentado como uma antologia do que de “mais americano tivemos” (1987, I, p.14). Rejeitando a denominação de parnaso, Varnhagen se justificou dizendo “estarmos um pouco em briga com a mitologia”, com o propósito de “distingui-la de outra anterior que leva aquele título” (1987, p. 14), querendo referir-se assim ao **Parnaso lusitano**, de Almeida Garrett. Com esta referência, deu a sua contribuição para a discussão do tema da separação entre a literatura portuguesa e a brasileira, negada pela via lingüística.

Varnhagen estabeleceu duas condições para que as obras fossem incluídas no **Florilégio**: obras com temas brasileiros e obras de autores nascidos no Brasil. Deste modo, consolidou como critério de identificação da literatura brasileira o nacional que se consagrou como elemento organizador do patrimônio literário. Estava assim constituído o cânone do Romantismo que viria a ser o paradigma tanto para os panteons e galerias, quanto para a história da literatura.

Paralelamente a essas publicações, os críticos românticos brasileiros elegeram, como veículo de escoamento de sua produção, os periódicos. Estes tiveram um importante papel na construção da identidade literária nacional, na medida em que divulgaram textos manifestos, alimentaram polêmicas e geraram, conseqüentemente, novos textos que mantiveram viva a chama da nacionalidade.

Dentre os principais periódicos brasileiros do momento romântico, destacaria:

- a **Revista da Sociedade Filomática**, publicada em São Paulo, em 1833. Teve seis números. Nela encontram-se principalmente textos de Justiniano José da Rocha e José Salomé Queiroga;
- a **Niterói**, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes, publicada em 1836, em Paris, considerada, juntamente com a publicação de **Suspiros Poéticos e Saudades**, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, o marco do Romantismo brasileiro. Teve apenas dois números. Além do citado Domingos José Gonçalves de Magalhães, atuaram, na **Niterói**, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres-Homem, dentre outros;
- a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** foi criada em 1839 como veículo de divulgação das idéias nacionalistas do projeto imperial do Instituto, fundado no ano anterior, por iniciativa principalmente de um militar, Raimundo José da Cunha Matos e do escritor Januário da Cunha Barbosa. O projeto oficial, desenvolvido com o apoio do Imperador Dom Pedro II, tinha por objetivo a pesquisa da história brasileira e a construção paralela de uma literatura nacional.

Nesta revista, foi publicado, principalmente no período compreendido entre os anos de 1839 e 1869, um vasto material literário, composto de

biografias de poetas e escritores brasileiros, estudos de obras poéticas e instituições literárias, poesias e composições poéticas de teor laudatório, de autores como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Januário da Cunha Barbosa, Santiago Nunes Ribeiro, João Manuel Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen, Pero de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Fernandes Pinheiro; (Pillar, 1996)

- o **Minerva Brasiliense**, *Jornal de Ciências, Letras e Artes* foi publicado por uma associação de escritores e circulou no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1843 e 1845. Tratava de uma enorme variedade de assuntos: astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física, geografia, história e literatura. Nele colaboraram Francisco de Sales Torres-Homem, seu primeiro redator-chefe, Santiago Nunes Ribeiro, que assumiu o cargo de redator-chefe, após o primeiro ano, e os escritores Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, Antonio Francisco Dutra e Melo, Luís Antonio Burgain, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Joaquim Manuel de Macedo, dentre outros;
- a **Guanabara** foi uma revista mensal artística, científica e literária, redigida por uma associação de literatos e dirigida por Manuel Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Circulou no período compreendido entre 1849 e 1856 e teve publicados 36 números, distribuídos em três tomos de 12 números. Além dos diretores citados escreveram, neste periódico, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, J. C. Fernandes Pinheiro, dentre outros;
- a **Revista Popular** teve dezesseis números que circularam entre 1859 e 1862. Foi considerada o “centro dinâmico na renovação das idéias literárias” (1991, p. 77). A redação da **Revista Popular** esteve entregue a Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Luís de Castro, José da Rocha Leão, Duarte Paranhos Schutel, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, e outros; e teve como colaboradores: Lino de Almeida, Casimiro de Abreu, Luís Antonio Burgain, Luís Delfino, Maciel Monteiro, Macedo Júnior, Juvenal Galeno, Teixeira de Melo, Faustino Xavier de Novais, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Bruno Seabra, Augusto Fausto de Sousa, Augusto Emílio Zaluar, dentre outros. Editada, no Rio de Janeiro, por B.L. Garnier, a revista foi substituída em 1863 pelo **Jornal das Famílias**, do mesmo editor.

Um dos focos de maior interesse desta revista prende-se ao fato de nela terem sido publicados os capítulos daquela que teria sido, caso se concretizasse, a primeira História da Literatura Brasileira, a de Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Os famosos capítulos da eventual História davam continuidade às idéias, anteriormente veiculadas por ele, no *Minerva Brasiliense*, ou seja, abordavam “a tendência dos selvagens para a poesia, a questão da nacionalidade e da originalidade da literatura brasileira e a história literária” (1991, p. 77).

Aspecto curioso desta História é o fato de ser uma História da Literatura sem literatura, uma vez que não há capítulos onde figurem os autores brasileiros e suas obras.

Outros periódicos circularam no Rio de Janeiro, no momento romântico: *Íris* (1848-1849), *Anais da Academia Filosófica* (1858), *O Espelho* (1859-1860), *Jornal das Famílias* (1863-1878), *Revista Brasileira* (1a. fase, 1857-1860, 2a. fase, 1869-1881, 3a. fase, 1895-1899), *Revista Mensal de Ensaios Literários* (1863-1865, 1872-1874), e vários outros de interesse literário ou eclético.

Através dos bosquejos, antologias e biografias literárias publicadas sob forma de livros ou veiculadas em periódicos, os críticos românticos arquitetaram uma História da Literatura Brasileira que veio a ser posteriormente construída pelos críticos realistas brasileiros que, na verdade, viam a sua elaboração como o ápice do exercício crítico.

Ao lado destas considerações sobre a crítica romântica brasileira, gostaria de acrescentar uma breve releitura de três possíveis interpretações recorrentes na crítica brasileira contemporânea, pinçadas no discurso dos críticos realistas, aqueles que efetivamente publicaram, sob forma de livro, a História da Literatura Brasileira.

A primeira interpretação a que recorro seria a mesológica, que fundamenta a teoria da obnubilação brasílica de Araripe Júnior.

Por obnubilação brasílica, ele entendia a transformação por que passavam os europeus ao atravessarem o oceano Atlântico e a sua conseqüente adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. Essa transformação ocorria também a nível das idéias que, ao serem transplantadas, adaptavam-se ao meio ambiente, adquirindo uma certa originalidade, que se traduziu no que ele chamou de “estilo tropical”.

Partindo do pressuposto de que os europeus, ao chegarem no Brasil, perderam a sua identidade, adquirindo uma outra, por força do fenômeno da obnubilação, os textos por eles produzidos apresentariam, conseqüentemente, marcas de um novo estilo, o “estilo tropical”, característica definidora do “gênero brasílico”, sendo, portanto, textos de literatura brasileira.

Dessa forma, Araripe Júnior considerava relevante a inclusão dos textos dos cronistas da época colonial na História da Literatura Brasileira, por constituírem, sem sombra de dúvida, textos de autores brasileiros:

Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista as suas pinaças e caravelas, esqueciam as origens respectivas. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos

eles se transformavam quase em selvagens; e se um núcleo forte de colonos, renovado para contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até as brutalidades dos indígenas. (Araripe Júnior, 1960, p. 407)

Sob a ótica da obnubilação brasílica, a leitura que Araripe Júnior faz da obra de José de Anchieta chama a atenção pela diluição do misticismo do jesuíta “em um curioso naturalismo” e a transformação da teologia em fetichismo. Diz ele:

(...) a sua vida entre os selvagens e o seu prestígio contra os sacerdotes índios atestam que este padre, se não por imposição do meio ao menos por arte refinada, se fez um legítimo pajé. A missão do taumaturgo brasileiro, como o chamavam, nas florestas do Sul, não se pode explicar senão pelas feitiçarias, aceitas ou habilmente copiadas, dos piagas, e com que ele catequizou os seus caboclos. (1960, p. 408)

Curiosamente, esta interpretação de Araripe Júnior vai fornecer subsídios não só para uma leitura antropofágica da literatura brasileira, mas também para a crença numa tradição afortunada advinda do processo de descolonização literária como foi pensado por Afrânio Coutinho, o mais refinado leitor do crítico cearense (Coutinho, 1959).

Ao tentar definir a literatura brasileira, num dos inúmeros textos que escreveu sobre o assunto, Afrânio Coutinho diz que:

Ela é um processo longo, coerente, persistente de afastar-se da européia, na busca de um caráter nacional, em procura da identidade nacional, brasileira. Desde a primeira hora que esse esforço diferenciador se desenvolve, consciente ou inconscientemente, pela pena dos poetas, oradores e ficcionistas, pela mão barroca dos jesuítas. O barroco foi o instrumento, nos dois primeiros séculos, mediante o qual a mente brasileira tomou consciência de sua missão civilizatória, de sua originalidade criadora. (1983, p. 36)

A busca do caráter brasileiro na literatura, segundo ele:

Esse esforço pertinaz inicia-se mesmo nos albores de nossa vida de colônia lusitana. Se a nossa civilização pode ser caracterizada por um espírito sincrético, esse sincretismo tem começo com o Padre José de Anchieta, nosso primeiro criador de literatura no lirismo e no teatro. (...) Anchieta foi o iniciador da literatura brasileira e sua obra literária é o símbolo do sincretismo lingüístico e cultural brasileiro. (1983, p. 19)

Por conta disso, vale dizer que o maneirismo da obra de Anchieta deve ser entendido como um pré-barroquismo.

A segunda interpretação, a etnológica, tem em Sílvio Romero seu principal representante, que vai pensar a literatura brasileira a partir do conceito de mestiçagem. Para ele:

A literatura brasileira, como todas as literaturas do mundo, deve ser a expressão positiva do estado emocional e intelectual, das e dos sentimentos de um povo. Ora, nosso

povo não é o índio, não é o negro, não é o português; é antes a soma de todas estas parcelas atiradas ao cadinho do Novo Mundo. (Romero, 1980, 2, p. 371)

Uma literatura tem uma base, tem elementos e tem órgãos. A base da nossa é o sentimento do brasileiro, como nação à parte, como produto étnico determinado; os elementos são as tradições das três raças sem predomínio de uma sobre as outras; os órgãos são os nossos mais notáveis talentos, todos aqueles que sentiram como brasileiros. (1980, 2, p. 373)

Sílvio Romero não reconhece José de Anchieta como o fundador da literatura brasileira. No máximo pode ser considerado um precursor.

De acordo com o seu ponto de vista:

Uma literatura, além de tudo, nunca tem um fundador; tem órgãos de manifestação, mais ou menos aperfeiçoados, e não passa disto. Uma escola é que pode ter um chefe, um criador. (1980, 2, p. 373)

Apesar dos índices exageradamente cientificistas, no discurso crítico de Sílvio Romero, já está presente a idéia de formação que deve ter subsidiado o conceito de formação do sistema literário brasileiro, como foi pensado por Antonio Candido, que não fala em processo de descolonização, no sentido como Afrânio Coutinho o coloca. A literatura dos tempos coloniais, de acordo com Antonio Candido, não passa de manifestações esparsas de literatura brasileira.

Isto porque o conceito de literatura pressupõe a existência de

um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos interatuantes a que se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura, atuando no tempo. (Candido, 1973, p. 74)

Como nos primeiros séculos de Brasil, é impossível pensar em autores, obras e leitores, os três elementos definidores do sistema fica difícil imaginar a existência, nessa época, de uma literatura brasileira propriamente dita.

A terceira interpretação, a estética, fundamenta-se na existência de um instinto nacional, expresso muito mais numa linguagem brasileira do que num referencial temático da brasilidade. Esta tendência já se delineia no discurso do crítico romântico Santiago Nunes Ribeiro, concretiza-se na poética de Machado de Assis, sendo talvez a causa da perplexidade de José Veríssimo em relação às teorias cientificistas do século XIX e à construção do conceito de literatura brasileira, da forma como aparece na Introdução de sua **História da literatura brasileira**.

Ao contrário de Sílvio Romero que admitia, à maneira dos alemães, um conceito amplo, para o termo literatura, José Veríssimo, apoiando-se nos franceses,

vai afunilá-lo na medida em que o utiliza apenas para os textos com preocupação estética.

“Literatura, diz ele, é arte literária” (Veríssimo, 1969, p. 10).

Além disso, vale ressaltar que mesmo não havendo grandes divergências em relação aos autores e obras selecionados na **História** de Sílvio Romero, ele percebe um estranhamento no cânone literário proposto e aconselha uma revisão constante do mesmo por parte dos historiadores do futuro.

Com bastante pertinência, observa que:

A literatura brasileira (como aliás sua mãe, a portuguesa) é uma literatura de livros na máxima parte mortos, e sobretudo de nomes, nomes em penca, insignificantes, sem alguma relação positiva com as obras. Estas, raríssimas são, até entre os letrados, os que ainda as versam. Não pode haver maior argumento da sua desvalia.

Por um mau patriotismo, sentimento funesto a toda a história que necessariamente vicia, e também por vaidade de erudição, presumiram os nossos historiadores literários avultar e valorizar o seu assunto, ou o seu próprio conhecimento dele, com fartos róis de autores e obras, acompanhados de elogios desmarcados e impertinentes qualificativos. Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária têm faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-a de autores de todo mortos, alguns ao nascer. (1969, p. 12)

É impressionante como, em 1912, ele já tivesse percebido o que, quase na mesma direção, o crítico Haroldo de Campos constata, em 1976:

O estatuto do historiador literário brasileiro é, por assim dizer, um estatuto dilacerado e dilacerante. Confrontado com um panorama diacrônico onde são raros os momentos de altitude, este historiador oscila entre a melancolia do profissional que não encontra um objeto satisfatório para o exercício de seu métier e a indulgência do fideicomissário que procura valorizar os bens sob sua custódia. (p. 13)

Contra esse estado de coisas, Haroldo de Campos vai pensar na possibilidade de uma História Sincrônica da Literatura Brasileira, infelizmente não concretizada, em oposição ao velho paradigma do historiador diacrônico.

Antes de finalizar este texto, na verdade, uma síntese de algumas das possíveis interpretações sobre o momento de fundação da literatura brasileira, fragmento de uma pesquisa que venho desenvolvendo sobre a construção do cânone na História da Literatura Brasileira, convém dizer que a publicação, nos anos 50, de **A literatura no Brasil** (1955), de Afrânio Coutinho, e de **Formação da literatura brasileira** (Momentos decisivos) (1959), de Antonio Candido, bem como a publicação, nos anos 60, dos três pequenos textos de Haroldo de Campos, intitulados “Por uma poética sincrônica” (1960, p. 203-223), constituem uma verdadeira divisão de águas na

tradição crítica brasileira que, além de “afortunada” (Coutinho, 1968), tem sido, certamente, como bem definiu João Alexandre Barbosa, uma verdadeira “tradição do impasse” (Barbosa, 1974).

ABSTRACT

During the nineteenth century, the canon of Brazilian Literary History was created by Brazilian romantic critics based on the European colonizers' romantic ideas which have contributed to the building of Brazilian national identity. This canon is still alive even though nowadays Brazilian critics read it in a different way, because each period must define itself looking for the most suitable tradition to explain its present. This paper aims at pointing out these three different interpretations found in the speeches of the realist critics which stay in the memory of the contemporary Brazilian criticism.

Referências bibliográficas

- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica de Araripe Júnior*. (Dir. Afrânio Coutinho) v. 2. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1960.
- BARBOSA, Frederico (Sel. e org.). *Clássicos da poesia brasileira*. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- BARBOSA, Januário da Cunha (Côn.). *Parnaso brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-1832, 2 tomos.
- BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.
- BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974.
- CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- CAMPOS, Haroldo de. *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura no Brasil (Momentos Decisivos)*. São Paulo: Martins, 1971, 2v.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. 1. A Contribuição Europeia: Crítica e História Literária. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 3. ed. rev. e atualizada, 1986, 6 v.

COUTINHO, Afrânio. **A tradição afortunada** (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Edusp, 1968.

COUTINHO, Afrânio. **Euclides, Capistrano e Araripe**. Rio de Janeiro: MES, 1959.

COUTINHO, Afrânio. **O processo da descolonização literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GARRETT, Almeida. **Parnaso lusitano**. Paris: J. P. Aillaud, 1826.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Discurso sobre a história da literatura do Brasil**. Niterói, Revista Brasiliense. Paris, 1836.

MOREIRA, Maria Eunice. **Nacionalismo literário e crítica romântica**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1991.

PILLAR, Thanira Chayb de. A literatura na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1839 a 1869. **Letras de Hoje**. v. 31, n. 4. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez./1996, p. 37-40.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL-MEC, 7. ed. 1980, 5v.

SILVA, J. M. Pereira da. **Parnaso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843, 2 tomos.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa; ADET, Emílio. **Mosaico poético**. Rio de Janeiro: s.ed., 1842.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987, 3 tomos.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.